

Sociologias

Sociologias

ISSN: 1517-4522

revsoc@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Sader, Emir

Nós que amávamos tanto o capital - fragmentos para a história de uma geração

Sociologias, vol. 7, núm. 14, julio-diciembre, 2005, pp. 150-177

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819559008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Nós que amávamos tanto o capital - fragmentos para a história de uma geração¹

EMIR SADER*

A verdade, meu amor, mora num poço
Noel Rosa
A verdade está na totalidade
Georg Lukacs



1.

Como um país "sem história" olha para o seu passado! De que maneira falar de uma geração que não recebeu herança e que ficou cortada das que vieram depois? Como reconstruir o itinerário da geração dos anos sessenta, que não é a de "Amávamos tanto... a revolução", de Cohn Bendic, nem a de "Nunca fomos tão felizes"?

Há dez anos eu fazia essas perguntas, ao ler a chamada "literatura do exílio" que como toda literatura desse tipo, se faz necessariamente *Post festum*. E, quando a festa acaba, os olhares já são outros. É muito difícil reconstruir o clima que inspirou os gestos.

Principalmente se entre o que somos e o que fomos se antepõe a derrota, que neste caso teve a espessura do exílio. A chamada literatura do exílio, aliás, refere-se ao sentido lato de exílio de si mesmo, englobando a

* Doutor pela Universidade São Paulo, Professor da USP e da UERJ, Ex-Presidente da ALAS, Membro do Conselho da CLACSO.

¹ Texto originalmente publicado in: **Praga** – revista de estudos marxistas, nº 1, São Paulo, Boitempo, 1996.

adesão à militância, à vida clandestina, à prisão, ao exílio e, finalmente, o retorno. Mas o privilégio recai no desenlace da trajetória, lugar de onde se olha para trás e que ilumina com suas cores todo o percurso.

Quando, por exemplo, Cohn-Bendit fala das “derrotas históricas que marcam nossa geração”, a distância entre ele e os que estavam ao sul destas barricadas sobressai muito claramente; tanto a densidade da palavra *derrota*, como a sua dimensão histórica e, sobretudo, a própria definição da marca que sela a nossa geração.

Para os protagonistas das barricadas de 68, a ruptura se dá em todos os planos: seus ideais foram cooptados pelo sistema; a imagem que projetavam nas revoluções do Terceiro Mundo não correspondeu aos seus sonhos, eles foram passando da equidistância entre os Estados Unidos e a União Soviética – os dois “imperialismo” – à equidistância entre capitalismo e socialismo, para finalmente optar pelas conquistas democráticas do sistema liberal, em contraposição aos “*gulags*” socialistas. Os ídolos que eles tinham importado e nos haviam reexportado – Che, Ho Chi Minh, Mao – ficam *demodés*.

Desapareceu ou mudou o inimigo na Europa: do Estado burguês e sua projeção maior no imperialismo norte-americano – unificador das lutas no Vietnã, em Cuba, na China – para o poder e guerra, os dois grandes exorcismos. O poder, por estar em todos os lugares – conforme a microfísica do poder – não está em lugar nenhum e a própria luta libertária se fragmenta e dissemina por todo o tecido social, deixando de se dirigir prioritariamente contra os nós concentrados no Estado. Lutar contra a guerra, na Europa, passou a significar priorizá-la em relação à questão da fome. “Há fome porque há guerra fria, e não há guerra fria porque há fome”, como expressava um dos expoentes dessa virada. A fome, como motor dos conflitos instrumentalizados pelas duas superpotências, desafiava o precário equilíbrio mundial, colocando em risco a paz que, se rompida, faria cair as bombas sobre a Europa.

Daí que o sentimento espontâneo reformista do pós-guerra tenha dado lugar a um instinto conservador que fareja qualquer mudança, em um mundo em recessão cujos, eixos de poder se deslocaram da Europa ocidental, como perda para eles. Daí a disseminação do conservadorismo e do egoísmo, do corte em relação aos problemas do Terceiro Mundo, onde os processos revolucionários descambariam ou para ditaduras de direita, de derrotados, ou de esquerda, se vitoriosos. Eles continuaram disponíveis para a solidariedade na derrota – como diz Garcia Márquez –, mas como perdoaram nossas vitórias.

Derrota, para a geração de Cohn-Bendit, tinha mais o sabor de enterro de ídolos, de mitos, de um processo doutrinário, cultural, ideológico que tem, evidentemente, seu correlato na transformação do ser social de cada um. “Quem não vive como pensa, termina pensando como vive”, gostávamos de dizer na época – uma verdade que só fez aumentar as mudanças nas formas de vida. Enquanto, por exemplo, na Itália, com sua sociedade menos rigidamente estratificada do que a francesa, os ex-militantes – que não entraram para o circuito das organizações armadas, terminaram na prisão ou sob o efeito da chamada “elites dos arrependidos” – encontraram quase sempre bolsões onde se refugiar, sem necessariamente submeter-se ao *establishment*; na França o quadro é mais duro: acabado o sonho, a implacável divisão social do trabalho despencou sobre cada um: quem conseguiu o diploma universitário se tornou *cadre*, quem não, se vira como pode.

Como negar que a derrota nos envolveu a todos também? Afinal não mudaram somente eles, mudou o Natal também. As ditaduras e terror no Cone Sul latino-americano são para nós o que a Segunda Guerra e a ocupação nazista foram para eles. Inevitável que um clima de pós-guerra, em que os ideais tendem a ser rebaixados, se aposse de todos nós. Se o assalto ao céu deu em tropeção, é preciso dosar muito o passo, repensar os horizontes, sob o risco de quedas maiores; menos que avançar, trata-se antes de não recuar mais ainda...

Em comum com a geração européia dos anos sessenta, tínhamos sem dúvida, falta de herança política: no nosso imaginário político, as organizações tradicionais contavam pouco, partíamos para reinventar tudo. Elas eram mais uma referência negativa, em função da qual buscávamos construir novos modelos de ação e novos ideais. Não herdávamos heróis. Por oposição a Lenin, abandonado pelo “revisionismo”, assim como o próprio Marx, ou Trotsky, execrado pela burocracia, tínhamos Mao, Ho Chi Minh, Che, Fidel, a negação do comunismo e do social-democrata que conhecíamos.

Havia uma imagem confusa, que provinha quase sempre dos pais comunistas, ou ex, de algum amigo. Exemplos de abnegação, vítimas de perseguição, moralmente inflexíveis, combinavam pouco com a atuação morna, institucional e subordinada dos PCs. Quando nos chegou o diário de Che na guerrilha cubana – *Passagens da guerra revolucionária* –, tínhamos resolvido o enigma, na imagem utilizada por ele: eram homens capazes de suportar as mais cruéis torturas no fundo de um calabouço sem se dobrar, mas incapazes de assaltar um ninho de metralhadoras. Era exatamente isso. Faltava-lhes o caráter de vanguarda, audácia típica desta, eram pioneiros de uma linha que os deixava sempre na defensiva, como filhos de derrotas, subordinados à direção burguesa e, por tabela, às instituições do Estado capitalista.

Mas, para fazer justiça às razões pelas quais uma parte daquela geração – segmento minoritário quantitativamente, mas representativo – optou pela militância revolucionária, seria necessário reconstruir o marco social, político e ideológico que condicionou aquelas opções. Seria preciso partir do desprestígio econômico e social do capitalismo – “Aliança para o progresso” incluída – como instrumento de resolução dos problemas de miséria, injustiça e desigualdade social do país, no momento em que emergia um novo protagonista na história brasileira – o camponês, para quem o sistema não tinha nada a dizer. O golpe de 64 contribui para desmistificar a democracia liberal, em nome da qual se liquidavam as conquistas demo-

críticas existentes no seu seio.

A crise hegemônica instaurada no país – síntese do esgotamento do modelo econômico de substituição de importações da crise do equilíbrio social que a sustentara e da correlação de forças políticas que estava na base da democracia parlamentar – trazia no seu bojo uma crise ideológica e de representação política. Aquela significava o esvaziamento dos apelos ideológicos e culturais vigentes especialmente durante os “anos JK” e, em parte, renovados e reformados durante o período de Jango. A nação, na forma em que foi constituída como conceito unificador, se esfacelava em suas expressões contraditórias, o “boom” cultural – música, cinema, teatro – sofria sob a repressão, o movimento estudantil e a questão educacional eram enquadrados como questões de segurança nacional.

Do *haraquiri* da institucionalidade política liberal não escapavam os partidos políticos: os de centro e direita, substituídos pelas FFAA, os populistas tornados órfãos sem o aparelho do Estado e o mais tradicional da esquerda – o PCB – levado de roldão pelo desastre da linha de subordinação à burguesia nacional, crise da qual já não se recuperará.

Nesse o quadro de intenso debate, chegam os ventos de fora. Da América Latina, mas também do Vietnã e depois da Europa, dos EUA, do Japão, todos confirmando que os anos sessenta vieram para mudar tudo – The Beatles, Che, Black Panthers, Zengakuren, Students for a Democratic Society –, eram acenos de que nada seria como antes. Enquanto o capitalismo fracassava estrepitosamente no Brasil e no resto do continente, Cuba optava pelo socialismo e obtinha resultados fulminantes nos planos: social, educacional, político e cultural. O melhor da intelectualidade aderiu a esse processo – com Sartre na cabeça – e nos indicava que o marxismo, “a filosofia insuperável do nosso tempo”, era o pião em torno do qual se renovava o pensamento crítico da direção do anti-capitalismo e de um socialismo que reivindicava as propostas originais de Marx, movimento que

se materializaria depois com Althusser, Marcuse, Poulantzas, unidos ao que de melhor produziu a cultura brasileira, com Glauber em primeiro lugar.

A luta armada, erigida como via alternativa à crise dos caminhos institucionais para derrotar as ditaduras e o capitalismo proliferava na Venezuela, Peru, Guatemala, Colômbia e, posteriormente na Bolívia e no Uruguai depois de ter triunfado na Rússia, Na China, na Coreia, em Cuba, na Argélia e no Vietnã, que derrotava a maior potência bélica da história, os EUA. O movimento pelos direitos civis nos EUA, assim como a própria resistência vietnamita, terminavam por decompor o cenário que condicionou as adesões militantes dos anos sessenta.

Por tudo isso aquela opção nos parecia “natural” – contraditoriamente ao fato de que toda opção implica rupturas. A política sintetizava os caminhos das inquietações nos diferentes planos do nosso mundo. Integrava-nos ao Brasil, à América Latina e ao mundo. Parecia que surgia a primeira geração em que não seríamos “incendiários” aos vinte e “bombeiros” aos quarenta, o fenômeno da adesão à militância parecia transcender essa disponibilidade juvenil para se confundir como destino. Cuba representava a “atualidade da revolução”, de que Lukács falava em seu *Lenin*. Era como se estivéssemos condenados à revolução; ou a fazê-la e sermos vítimas da sua derrota; ou evitá-la, abandoná-la, mas levando nas costas o duro peso de quem se distanciou do movimento histórico fundamental de seu tempo. Sentíamos que morreríamos “de susto, de bala ou vício”.

A isso dedicamos tudo o que tínhamos de melhor, com a disponibilidade e o desprendimento de que só os jovens aderidos a idéias humanistas são capazes. Hoje, quando uma parte dessa geração renega o passado, está tratando de apagar o momento provavelmente mais generoso de sua vida. Muitos passam o resto de suas vidas tentando demonstrar como “já não são o que um dia foram”, passando rapidamente de *ex* para *anti*, no projeto que Deutscher caracterizou como o “do herege ao renegado”.

Sobre nossa identidade a derrota cairia com todo o seu peso, para desembocar no exílio, dentro ou fora do país. A adesão às organizações políticas ilegais, por parte dos jovens em geral originários da classe média urbana, já trazia no seu bojo uma crise de identidade; abandonar a classe de origem para incorporar-se a movimentos de ideologia “proletária”. A pouca experiência histórica e de massas dessas organizações e o refluxo do movimento popular não possibilitavam preencher o espaço vazio de transição da situação à posição de classe, mediante uma incorporação social e uma massa organizada e mobilizada.

A passagem à clandestinidade implicou na ruptura com vínculos sociais, no isolamento, muitas vezes na mudança de região, de setor social, de habitação, agregando um degrau a mais na crise de identidade. Quando ocorreram a prisão e a tortura, essa crise assumiu a forma do indivíduo nu diante do torturador, sem classe, sem companheiros, sem família.

A primeira etapa do exílio foi de transição. A colônia brasileira encontrava-se quase toda reunida no Chile, um país próximo geograficamente e vivendo majoritariamente no mesmo bairro – Macul – de Santiago. Participava de uma experiência política passível de identificação, a língua e a cultura não se antepunham espessamente entre os que perderam a pátria e o universo que os recebia. O golpe de Pinochet provocou a diáspora pelo mundo afora – do Canadá à Bélgica, de Moçambique à Alemanha Oriental, de Cuba à França – paralelamente à crise das organizações políticas brasileiras e à consolidação do “milagre” durante o governo Médici.

Estávamos nus, sem pátria. Se os outros exilados latino-americanos tinham consciência de ter uma “pátria” antes, nós a descobrimos quando perdemos. Enquanto para eles, que tiveram guerras de independência, a perda tinha um forte conteúdo histórico, presente na densidade de suas identidades políticas, para nós a perda era absolutamente contemporânea – praias, música, futebol, mulheres, comida –, sem revolução, sem colônia

brasileira, sem organizações, com poucas relações de casal que sobrevivem, no final de um processo de redução à individualidade como um desgarramento sem fim, e não como uma grande “aventura de liberdade”, como uma parte da literatura do exílio deixa entrever. Liberdade sim, mas como ausência de determinação, nudez sem identidade. Já não mais tão jovens, sem prática nem documento, com referências ideológicas perdidas, à espera da anistia.

As memórias sobre aquele período mostram bem, como a derrota, para quem se lançou ao assalto do céu, não se reduz apenas a um problema de questionamento ideológico, como no primeiro mundo. Aqui, a luta de classes, pisa em um solo muito material, onde os aparelhos não muito mais do que ideológicos e onde o peso dos erros e dos reveses se traduz em vida, sangue, desmoronamento individual. Daí as dimensões diferentes das “derrotas da nossa geração” a que se referia Cohn-Bendit. Se, nas suas próprias palavras, percebeu – em sua primeira viagem ao Brasil – a diferença entre os países que têm e os que não têm cem anos de movimento operário e suas conquistas, viu também o que significa ter séculos de colonialismo e de imperialismo por detrás. Quando voltamos ao país, quando o próprio exílio interior foi superado, nos deparamos com uma realidade mudada, porém mais exacerbada. A terra, a democracia, a nação, o povo, a cultura nacional, a miséria e o desemprego eram heranças às quais se acrescentavam os problemas dos negros, das mulheres, dos índios, dos homossexuais, as questões ecológicas, das crianças abandonadas, da violência urbana, da corrupção.

No final do túnel da ditadura militar, quando introduzimos mais ar nos pulmões, foi possível confessar que esse ar nos havia faltado no meio do caminho. Faz falta reapropriar-nos daquela trajetória que teve seu momento mais alto nos anos sessenta – a década em que, assim como na de vinte, o século poderia ser mudado radicalmente de rumo, já que, se os homens fazem a história a partir das condições herdadas, aquelas eram as mais propícias para viradas revolucionárias. Se, nas palavras de Camus, com

seu horizonte argelino de então, os vinte anos estariam longe de ser o momento mais brilhante de nossas vidas, Pierre Goldman – escrevendo a Debray, em *“Les rendez-vous manqués”*, sobre o desencontro daquela geração européia com a revolução tão bem simbolizada na trajetória dos dois – prognosticava que *“ainda seremos gratos por ter feito vinte anos nos sessenta”*, inserindo a idade no momento em que a vivemos. Hoje as tonalidades são menos fortes, algumas feridas irreparáveis, sobrevivem para sempre como *“pedaços de morte no coração”*, já que *“mais duro que sofrer é ter sofrido”*, mas a democracia possibilitou a conquista do território para que as pontes indispensáveis entre o passado e o futuro fossem estendidas.

2

A palavra *intelligentsia*, de origem russa, designava originalmente um grupo de pessoas de cultura unidas por idéias críticas ao sistema, opostas à especialização acadêmica e marcadas por uma forte conotação ética. Quando o intelectual norte-americano Russel Jacoby chama de os *“últimos intelectuais”*² a geração nascida nos EUA nas primeiras décadas do século, ele se refere ao desaparecimento do intelectual ligado à cultura pública, ou da *intelligentsia* no seu sentido original, e aborda um tema pertinente ao Brasil.

Jacoby submeteu jornalistas, acadêmicos escritores, informalmente, à seguinte pergunta; quais os novos – os com menos de 45 anos – intelectuais não acadêmicos norte-americanos de amplo significado? Respostas que incluíam Foucault, Derrida, Habermas, evidentemente foram invalidadas, já que nenhum deles é norte-americano. Norman Mailer, Noam Chomsky, John Kenneth Galbraith, Mary McCarthy – Todos já tinham mais do que aquela idade no momento da primeira consulta. Em 1979 uma lista dos dez principais intelectuais dos EUA incluía além deles, Lionel

2 Os últimos intelectuais a cultura americana, São Paulo, Trajetória Cultural, 1987.

Trilling, Edmund Wilson, Irving Howe, Dwight MacDonald, Daniel Bell, Robert Silvers e apenas Susan Sontag com menos de 45 anos (naquele momento com 37).

Não se trata, para Jacoby do desaparecimento de uma geração intelectual que, na verdade nunca apareceu. A geração nascida para a vida pública nos anos sessenta, uma década particularmente radicalizada e politizada, poderia ter dado origem a um *intelligentsia* muito vigorosa. Mas três fatores explicariam o desaparecimento do intelectual ligado à esfera pública – a reestruturação das cidades, o desaparecimento da boêmia e a expansão da universidade.

Para Jacoby os intelectuais nascidos na virada do século representam os intelectuais norte-americanos clássicos que se mantinham por meio de livros, de críticas e do jornalismo, raramente sendo professores universitários. *“Eram ensaístas soberbos e escritores elegantes; iconoclastas, críticos e polemistas que não se submetiam a ninguém”*.

Por volta de 1920 nasceu uma geração considerada por ele como transição. Seguiu escrevendo ensaios elegantes para pequenas revistas, em linguagem acessível à ampla comunidade intelectual. O peso do academicismo só se fez notar fortemente na geração nascida depois de 1940. *“Se os salários e a segurança da vida acadêmica eram o prêmio vislumbrado, o declínio da vida intelectual tradicional representava o castigo imediato”*.

Tornou-se impossível sobreviver com as críticas de livros, o telefone suplantou as cartas, os cafés foram substituídos pelas conferências, declinou a vida boêmia sob a pressão das universidades. *“A sociedade dos cafés propiciou o aforismo e o ensaio; o campus da escola superior produziu a monografia e a conferência – e a aplicação da subvenção”*.

Se os anos noventa do século passado determinaram o fechamento da fronteira oeste nos EUA, a fronteira cultural se fechou na década de cinquenta com o desaparecimento da boêmia e ascensão dos subúrbios das grandes cidades, determinando uma mudança não apenas geográfica, mas também cultural. Com isso foram se modificando o *habitat*, as maneiras e o

idioma dos intelectuais. *“Os intelectuais mais jovens não mais necessitam ou desejam, um público amplo; eles são exclusivamente professores; os campi são seu lares, os colegas sua audiências; as monografias e os jornais especializados, seu meio de comunicação”*. A predominância da vida acadêmica significa não apenas a profissionalização, mas também a privatização de um universo público mais amplo. Na invasão da universidade pelos intelectuais originários dos anos sessenta, foram eles, em última análise, os invadidos. Jacoby usa Rousseau para descrever o novo espírito do que ele chama de “capitalismo acadêmico” e de “burguesia acadêmica”; *“o primeiro homem que, tendo cercado uma parte da universidade, resolveu dizer: “Este é o meu instituto”, e encontrou membros do corpo docente humildes o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador do mais extremado capitalismo acadêmico”*.

O espaço jornalístico se restringiu constantemente, em contraste com a expansão das universidades. E, além disso, predominou na imprensa o esforço intenso de atrair leitores através de uma cobertura “leve” e “quotidiana”.

A ciência política se constitui num dos exemplos mais significativos da crise do intelectual ligado à esfera pública, mais particularmente porque deveria dar conta de uma questão tão essencial quanto o poder. E, no entanto, significativamente, ela foi vítima de hiperespecialização, negligenciando os problemas centrais das relações políticas. Ela “se restringiu a um entediante e limitado passatempo profissional”. A “obra desses especialistas reflete suas próprias situações na universidade, não as necessidades do público”, um saber que se subordina à instituição acadêmica. Fruto desta é a hiperespecialização, que negligência os problemas políticos essenciais.

À medida que a reflexão sobre o poder, a dominação e as classes, é substituída por um vocabulário que “reduz o conflito humano a diagramas e registros de computador, essas disciplinas passam a encarar a sociedade

como um problema de engenharia". Palavras como "absolutismo", "justiça", "nação", "direitos", "sociedade" e "tirania" são substituídas por outras como "atitude", "conflito", "jogo", "avaliação". A área intelectual se subdivide. Em seis anos, nos EUA, ela incluiu oficialmente trinta e três novas especialidades; o número de competidores diminuiu conforme surgem reinos cada vez menores de especialidades, e os problemas de maior abrangência passam a estar cada vez mais ausentes.

Jacoby constatou, por exemplo, que nos dez anos situados entre 1959 e 1969, as três principais publicações de ciência política editaram apenas um artigo sobre o Vietnã, de um total de 924 trabalhos. Nesse mesmo período, o principal órgão acadêmico publicou um único estudo sobre a pobreza e três sobre crises urbanas.

De bom grado essa geração aceitou, às vezes com um lamento pessoal, seus lugares na burocracia oficial ou na mídia. Perderam-se a transcendência, a independência e carga ética que possuía a *intelligentsia*. A derrota política dos anos sessenta só foi completa quando se consolidou no campo das idéias e da derrota. "A humanidade não faz a história como lhe agrada, mas ela faz a história", conclui Jacoby. "A escolha entra no edifício da história pela porta dos fundos", acrescenta.

Mesmo sem uma análise mais acurada, é possível constatar a pertinência dos enfoques de Jacoby na passagem da geração intelectual de Caio Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Emílio Salles Gomes, Antonio Cândido, para a que a sucedeu. A profissionalização e extensão da vida acadêmica coincidiram com a especialização, a construção dos *campi* – aí a mudança da Faculdade de Filosofia da rua Maria Antonio para a Cidade Universitária, em São Paulo, não poderia ser mais representativa –, a deterioração dos centros das grandes cidades e, no final da ditadura, o processo de cooptação pelo Estado de intelectuais – que Chico de Oliveira chamou apropriadamente de "aves de arribação" – dão bem a dimensão do

fenômeno entre nós. Se as opções políticas radicais continuam a ser majoritárias entre a intelectualidade acadêmica, sua produção não necessariamente reflete isso. Sua linguagem se tornou em grande parte inacessível ao grande público a até mesmo seus objetos de estudo se distanciam dos temas da esfera pública.

3

No término da ditadura militar, o pensamento social brasileiro deu passos significativos em suas diversas especialidades. A economia pôde contar com transformações substanciais – em termos de expansão e de crise – para refletir e elaborar teoricamente. A história recuperou um grande atraso para pensar a história contemporânea. A antropologia, acompanhando a diversificação da realidade social e individual, ampliou enormemente seu objeto e enriqueceu seu capital teórico. A sociologia, que já contava com um acerto teórico embasado na realidade brasileira consolidou sua capacidade analítica.

Apesar de contar com períodos históricos de riqueza incomparável, a teoria política se mostrou pouco capaz de dar conta das transformações nas relações de poder ocorridas nas décadas passadas. Tinha seu auge no período nacional-estatista, seu esgotamento, a instauração da ditadura militar, seu desdobramento como regime político, sua crise e substituição mediante um conflitivo processo de transição política e estabelecimento de um novo regime político institucional. No entanto, no final do período, quando é possível ter uma visão de retrospectiva abrangente, a teoria política apresenta um quadro pobre de referências em comparação com as outras disciplinas e com a riqueza dos processos históricos concretos.

Tratam-se de vazios significativos, correlatos das debilidades de reflexão estratégica e tática na ação dos próprios partidos políticos, correspondentes a uma modalidade de prática e de resolução histórica dos momentos de crise hegemônica. Independência nacional sem guerra anti-

colonial, mas como produto de um pacto “em família”, de um “negócio de pai para filho” e, portanto, sem república; libertação dos escravos como “outorga” bondosa da Princesa Isabel; proclamação da república como ato militar a que o povo assistiu “bestificado”; revolução de 30 como movimento militar “antes que o povo a faça”, transições políticas das ditaduras frustradas em termos democráticos, até a última que desembocou numa democracia à imagem e semelhança do Colégio Eleitoral e Não da campanha das diretas. Esses elementos de hegemonia burguesa do Brasil são marcos para pensar a impotência do pensamento político brasileiro para dar conta da nossa história contemporânea.

Os balanços da irrupção do golpe militar e do novo horizonte que ele abria para o país se prestaram para o exercício do pensamento político brasileiro. O mérito inicial foi de Celso Furtado, que se lançou, com o golpe ainda fresco, a esboçar a primeira interpretação do que se fechava e do que se abria naquele momento para o país.³ Associando indissoluvelmente democracia a industrialização, numa fórmula emprestada à teoria da modernização, Furtado prevê uma regressão radical com a instauração da ditadura. O novo modelo econômico seria um “modelo de pastorização”, que se basearia em cinco pontos:

A população excedente tenderia a ser absorvida pelas terras agrícolas ainda não ocupadas e sua produção seria encaminhada para as cidades; a pecuária se expandiria em terras anteriormente dedicadas à agricultura; contração relativa dos investimentos industriais; crescimento ainda mais lento da massa assalariada; o Brasil se veria “excluído da revolução tecnológica”.

Furtado não se dava conta de que a passagem para uma etapa superior no processo de acumulação dependente requeria uma reconcentração de capital, para o que a ditadura era mais funcional do que a democracia,

³ Original na revista francesa *Les Temps Modernes*, publicado no Brasil com o título Brasil: os tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

onde as pressões redistributivas caminhavam na direção oposta. Foi com a ditadura que a industrialização periféricas mais cresceu, encontrando no consumo da esfera alta no mercado, nas exportações e nas demandas estatais suas fontes de expansão. Não se deu a estagnação, nem o previsto por Furtado e pelo pensamento desenvolvimentista em geral para o qual, perdido o Estado para seu projeto, estaríamos condenados à regressão pastoril.

Os golpes militares na América Latina representaram o esgotamento definitivo do pensamento da Cepal. Introduziram-se duas variáveis centrais a partir dali, na nossa história, para as quais o pensamento cepalino não tinha resposta; o Estado repressivo e concentrador e o imperialismo. As várias versões da teoria da dependência e a teoria do autoritarismo viriam tentar preencher esse vazio.

4

A primeira versão alternativa à teoria cepalina veio das teses de André Gunder Frank sobre “o desenvolvimento do subdesenvolvimento”, uma tentativa de reinterpretação dos destinos do capitalismo periférico à luz de sua inserção no sistema capitalista internacional, uma reatualização das teses clássicas da teoria do imperialismo dentro do marxismo. Nessa vertente se inserem as obras de Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, entre outros. O marco internacional ganha uma definição precisa com a incorporação do *imperialismo* em sua versão atualizada. Enquanto isso, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto formulam a dependência numa versão numa versão neo-cepalina, em que nossas sociedades estão inseridas num “marco internacional” que as condiciona, sem as densas relações que a teoria do imperialismo impõe. Ruy Mauro Marini, por um lado, FCH e José Serra por outro, protagonizaram a mais importante polêmica sobre o caráter da dependência, com artigos publicados na Revista Mexicana de Sociologia, no final dos anos setenta. O artigo de FCH e Serra,

“As Desventuras da Dialética da Dependência” foi publicado nas revistas Estudos Cebrap, o que não foi feito com o de Marini. Condenado no primeiro processo da ditadura militar junto com Darcy Ribeiro, Theotonio dos Santos e outros professores da UnB, Marini passou à clandestinidade como dirigente da Polop, foi preso e torturado no Cenimar antes de ser exilar no Chile e no México, onde desenvolveu grande parte de sua carreira intelectual. Seus livros entre outros o *Dialética da dependência*, publicados originalmente no México, tiveram dezenas de edições, porém nenhuma no Brasil. A concepção hegemônica sobre a natureza do Estado durante o período da ditadura militar e, conseqüentemente, sobre o que significaria a transição para um regime democrático foi a *teoria do autoritarismo*, versão de Fernando Henrique Cardoso. Essa teoria se originou na versão dada por Juan Linz para a evolução do franquismo, inicialmente caracterizado como um regime fascista, cuja evolução, porém, teria produzido um regime híbrido, para o que Linz formulou a noção de *Estado autoritário*.

A versão de FHC constitui-se a versão mais desenvolvida e de maior influência durante o período militar no Brasil. Desde os materiais reunidos em *O modelo político brasileiro* até aqueles publicados em *Autoritarismo e democratização*. A falta de uma obra sistemática – como é o caso de Guillermo O’Donell para a Argentina – dificulta uma compreensão global das concepções de FHC sobre o Estado e o regime brasileiro instalado em 1964. A evolução de suas teses, no entanto, é significativa da transformação ideológica operada no país e, particularmente, nos meios políticos de oposição.

Como pressuposto de suas análises se situa a visão – desenvolvida por ele em obras anteriores (particularmente em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*) – de que o Brasil seria uma sociedade baseada em um desenvolvimento capitalista mas dependente, associado, baseado no domínio da empresa estatal. O nervo do capitalismo dependente estaria

definido pela presença de uma burguesia de Estado e do *autoritarismo*.

A existência de uma burguesia de Estado estaria configurada a partir do fato de que o controle das empresas estatais não se daria conforme critérios públicos, mas de forma privada. Os dirigentes das empresas estatais se transformariam assim em suportes sociais do capital. “Se está formando uma camada de dirigentes de empresa que não é burocrática em sentido estrito”.⁴

A ideologia dessa burguesia de estado seria o expansionismo estatal, o que definiria objetivos autônomos de acumulação, típicos de uma classe social; “se formou um setor de classe no conjunto dos interesses burgueses – ou seja, capitalismo – que passou a disputar a hegemonia no bloco de poder formado pelas classes dominantes”.⁵ Esses regimes seriam definidos globalmente como autoritários;

*Eu penso que os regimes deste tipo, nas sociedades dependentes encontram sua raison d'être menos nos interesses políticos das corporações multinacionais (que preferem formas de controle estatal mais permeáveis a seus interesses privatistas) do que nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o Estado (civis e militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estatal do aparelho produtivo.*⁶

A cautela das afirmações de FHC não impede que ele comprometa inevitavelmente com a categoria de *burguesia de Estado*, sem ter apresentado argumento suficientes sobre uma categoria tão contraditória do ponto de vista teórico – para o marxismo, a burguesia é uma classe privada, caracterizada pela apropriação privada. Esta questão suscitou um caudal

4 Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 17.

5 Id. *ibid.*, p. 18.

6 Id. *ibid.*, p. 40.

enorme de debates não conclusivos sobre o tema, desde a discussão sobre a natureza da URSS até aquelas sobre os regimes nacionalistas do Terceiro Mundo do tipo nasserista. A centralidade da categoria dentro do conceito de Estado autoritário exigiria, por um mínimo de rigor um acerto de contas teórico que nunca acontece.

A própria caracterização dos interesses das corporações multinacionais, em favorecer outras formas de regime político, que seriam mais permeáveis a seus interesses privados, é prisioneira de uma visão esquemática – de corte liberal – e externa da relação Estado/sociedade civil, que afeta toadas as concepções baseadas nos conceitos de totalitarismo e de autoritarismo. Desconhece, neste caso, as formas de articulação direta entre os interesses multinacionais privados e o Estado militar – valendo-se precisamente de seu caráter de regime ditatorial – as quais lhe permitiram realizar melhor seus interesses de reprodução do capital que durante um regime parlamentar.

Da mesma forma que em sua versão da teoria da dependência em que a inserção na divisão internacional do trabalho contorna a noção de imperialismo para dissolvê-la em “condicionamentos externos”, conforme o esquema herdado da Cepal, também na teoria do autoritarismo prevalece um esquema formal do externo e do interior, as articulações internas entre o Estado e os capitais privados. A utilização de argumentos de *O capital*, de que FHC, se vale nas polêmicas com Nicos Poulantzas e com José Nun, nunca se dá nas suas próprias elaborações teóricas.

A definição da natureza do bloco no poder ou dos interesses das diferentes frações de classe é feita por FHC em termos de uma oposição entre tendências “nacional-estatistas” e tendências “favoráveis ao predomínio das multinacionais”.⁷ A burguesia brasileira, no seu conjunto, não teria conseguido controlar diretamente o parêlho de Estado, à diferença

7 Id. *Ibid.*, p. 62 e p. 81.

da mexicana. Com 1964, *“o que realmente findou foi a ideologia de uma burguesia industrial, que faz uma revolução social-democrática, apossa-se politicamente do Estado por intermédio de eleições e lança-se à conquista do espaço econômico de modo nacional-imperialista”*.⁸ A partir dali se teriam gastado as condições para o aparecimento de uma burguesia de Estado.

Em torno do Estado Brasileiro de defrontariam interesses monopolistas, interesses da burguesia local e interesses dos “funcionários e técnicos”, que aparentemente teriam triunfado, se transformando em fração hegemônica sob a forma de burguesia de Estado. Em outro lugar, FHC, fala de tecnocratismo civil-militar para definir o mesmo fenômeno. *“É a este processo e ao deslocamento no bloco de poder dos interesses dos antigos grupos nacionais-burgueses-populares, que foram substituídos pela burguesia-internacionalizada e pelo tecnocratismo-civil-militar, que eu designo como a revolução burguesa dos países dependentes”*. Aqui o setor hegemônico, ao contrário da afirmação anterior, é compartilhado pela Burguesia internacionalizada e pelo tecnocratismo civil-militar, quando antes esse lugar foi ocupado pela burguesia de Estado.

Essa ambigüidade atravessa o conjunto das definições publicadas no mesmo livro de FHC, embora em artigos diferentes. Ele afirma, afirma, algumas páginas mais adiante, que *“o escudo real das burguesias locais internacionalizadas é o conglomerado multinacional”*. Mas, por outro lado, na mesma página, reitera o papel predominante da camada emergente do que em outro lugar ele chama de burguesia de estado; *“Os estados locais servem de suporte político mais para os ‘funcionários’, os técnicos, os militares, os fragmentos desgarrados da burguesia local não integrados à internacionalização do mercado, do que aos grandes interesses internacionalizados”*.

⁸ Id ibid., p. 126.

Mais além da sua ambigüidade – essencial para a função ideológica que veio a desempenhar – a teoria do autoritarismo de FHC terminou concentrando sua definição de democratização em dois objetivos liberais clássicos, que significavam o combate de um amplíssimo espectro de forças, que ia do sindicalismo classista do ABC às corporações multinacionais, contra a burguesia de Estado; a desconcentração do poder político em torno do executivo e a desconcentração do poder político em torno do executivo e a desconcentração do poder econômico do estado.

Foi sob essa forma que a teoria do autoritarismo penetrou em setores sociais, ou melhor, articulou a ampla aliança de classes que se opôs ao regime militar em sua última fase e, principalmente, permitiu a transição política, sob a forma conservadora que ela assumiu. Antes de organizar alianças entre classes, uma ideologia as interpela como setores sociais, forjando suas identidades, para poder compatibilizar seus interesses. No caso da teoria do autoritarismo, primeiro houve a interpelação de todas as classes sociais como participantes dissolvidas na sociedade civil, subjugadas e espoliadas pelo Estado autoritário e por sua força dirigente – a burguesia do Estado.

Absolvendo a responsabilidade e a participação do Capital multinacional e nacional no bloco no poder do regime militar, e descaracterizando este como ditadura mediante o apelativo autoritário, fez-se a prestidigitação que permitiria compatibilizar interesses sociais tão dissímiles e contraditórios. A liquidação do que se convencionou chamar de “entulho autoritário” e, depois, a nova constituição, esgotaram – ou realizaram – o programa de democratização prometido pela teoria do autoritarismo e assumido pela frente opositora. A operação de hegemonia liberal no processo de transição política estava garantida do ponto de vista ideológico, e abria caminho político para a transição conservadora.

Mais além do caráter pragmático, empírico e contingente que parece ter assumido a transição política brasileira no final da ditadura, uma ideologia presidiu as forças que se articularam como alternativa hegemônica ao

regime em crise. Ela possibilitou que se constituísse uma ampla aliança policlassista, que definiu os campos e interpelou a todos os agentes em função dos critérios que estabeleceu sobre a natureza do regime, quem o dirigia, qual o objetivo do processo de democratização e as formas de sua realização.

É este o papel da ideologia; definir a forma pela a qual os indivíduos se constituem como sujeitos a recortar as fronteiras em função das quais a realidade vai ser reclassificada, determinar os termos da maneira mais favorável ao discurso que a formula. No caso brasileiro, depois de um longo período em que os termos da maneira mais favorável ao discurso que a fórmula. No caso brasileiro, depois de um longo período em que os termos para definir o regime – e, por contraposição, definir-se como oposição – foram fluídos, o transcurso para a década de setenta viu emergir a teoria do autoritarismo como instrumento capaz de definir divisores de água que possibilitariam o desaparecimento das contradições entre as forças que comporiam a frente opositora.

A teoria do autoritarismo transformou-se, assim, na ideologia da transição conservadora do Brasil. O batismo do regime então vigente como autoritário comandou a política brasileira ditando quem é quem e redefinindo termos como liberal, democrata, sociedade civil, cidadania, burguesia. Por oposição a autoritário, várias leituras poderiam ser feitas e justamente esse potencial é o que permitiu que se obrigassem sob seu guarda-chuva desde o sindicalismo classista até “liberais-autoritários” egressos da ditadura militar reciclados como dissidentes do regime militar, quando a polarização malufismo/anti-malufismo passou a comandar o enfrentamento já no Colégio Eleitoral, substituindo aquela entre adeptos da ditadura e democratas. À oposição no plano social à burguesia de Estado, se acrescentou a oposição à ditadura militar e às forças privadas hegemônicas o que terminou por delimitar o campo restrito de transformações a que a

transição política se proporia. Uma vez concluída a primeira etapa da redemocratização com a remoção do chamado “entulho autoritário”, realizar-se-ia a desconcentração do poder político em torno do executivo. Restaria a outra tarefa da democratização, segundo a teoria do autoritarismo: a desconcentração do poder econômico em torno do Estado, base material do poder hegemônico da burguesia de Estado.

Esta se cristalizaria na versão brasileira do neoliberalismo, justamente pelas mãos daquele que havia formulado a teoria do autoritarismo, demonstrando como desde aquele momento não houve ruptura, mas continuidade no pensamento de FHC. Estava absolvido o grande capital privado, nacional e internacional. O “pega-ladrão” se voltava para o Estado e, depois via “corporativismo”, para as classes trabalhadoras. Estavam dadas as condições para a constituição do novo bloco no poder, da nova direita.

5

... a memória, indispensável e portentosa, é também frágil e vulnerável. Não está ameaçada somente pelo esquecimento, seu velho inimigo, mas também pelas falsas recordações que vão invadindo-a dia após dia. ... a memória é invadida constantemente pela a imaginação e fantasia, e dado que existe a tentação de acreditar na realidade do imaginário, acabamos por fazer uma verdade da nossa mentira...

Luis Buñuel

O passado não está morto. Ele nem sequer passou ainda.

Willian Faulkner

Temos plena consciência de que, quando falamos do nosso passado – recente ou longínquo – estamos falando fortemente sobre o nosso presen-

te, sobre o lugar e o momento a partir dos quais revisitamos aqueles momentos. Difícil é distinguir uma coisa da outra: o que estava presente naquele passado e o que recobrimos nele com nosso presente. Estamos, pois, necessariamente condenados à “ótica retrospectiva”, o que não nos impede de restaurar as condições daquele passado que, sabemos, é parte integrante deste presente.

Tudo isso para desenvolver algumas observações a respeito do artigo de Roberto Schwarz, “Um seminário de Marx”, publicado na Folha de São Paulo (8/10/95). Sua leitura possibilita ver como havia mundos diferentes buscados naquelas leituras detidas de *O Capital*. Não posso falar senão como participante da segunda geração aquela que teve a participação do próprio Roberto de Ruy Fausto, Emília Viotti, Marilena Chauí, Sérgio Ferro, João Quartim, Francisco Weffort, Lourdes Sola, Cláudio Volga Albertina Costa, Paulo Sandroni e Beth Milan, entre outros. Sucedendo à primeira, tinha um esquema parecido – leitura de cerca de 50 páginas a cada duas semanas, valendo-se da diversidade de formação dos participantes num marco de homogeneidade geral em torno do marxismo. Um seminário que transcorreu plenamente nos anos sessenta e que ajuda, por isso, e pela a sua composição, a compreender um pouco o clima intelectual daquela década em São Paulo, na USP e na Maria Antonia em particular.

Na “minha mentira” daqueles tempos, concordo com alguns dos condicionantes daquela busca de Marx, relacionados por Roberto: a vulgarização do marxismo por parte do PCB, o trunfo da revolução cubana como via heterodoxa ao socialismo, e seu impulso ao pensamento crítico dentro do marxismo, ao que se acrescentaria a guerra no Vietnã e a ausência do estudo de Marx dentro da própria USP. No curso de filosofia, o máximo de aproximação tinha sido uma leitura de Hegel feita por Ruy Fausto. O livro de Gianotti sobre Marx não foi, naqueles anos, objeto de curso. Minha tese de mestrado – Estado de política em Marx – foi a primeira sobre Marx no departamento de filosofia da USP.

A leitura de Roberto começa a assumir um viés particular quando ele afirma que “o contexto do Seminário não era a esquerda nem a esquerda nem a nação, mas a Faculdade de Filosofia”. Possivelmente o impulso teórico das missões fundadoras do pensamento social estivesse se esgotando – já que não dava contra o destino específico das sociedades periféricas do capitalismo entre nós e começava a dar mostras de debilitamento. O ciclo de crescimento personificado pelo JK encontrava limites, que não permitiriam a continuidade das alianças sociais que possibilitaram a marca de “nacional” ao projeto Cepalino de substituição de importações na sua importação brasileira. Ao não tocar nem nas contradições de classe, nem na questão da terra, ou do Imperialismo, o arcabouço teórico Cepal demonstrava ser insuficiente para dar conta da crise brasileira do começo dos anos sessenta, que fechava o ciclo ingenuamente espontâneo do assalto ao futuro que colocaria o Brasil no grupo de ponta das potências mundiais.

Até aquele momento, junto ao modelo nacional-estatista hegemônico, predominava um conceito de nação na confluência das teorias da Cepal, em que o Estado era um deus *ex-machina*, conforme a caracterização de Francisco de Oliveira; do PCB, com sua versão de aliança anti-imperialista e anti-feudal, capitaneada pela “burguesia nacional”; e do nacionalismo getulista. O ISEB foi quem melhor teorizou aquele formato hegemônico. Um conceito de nação que buscava catalisar a solidariedade do país diante dos inimigos externos e internos, para o qual a luta de classes não deveria ter papel protagônico, sob o risco de enfraquecer frente nacionalista. Foi essa intelectualidade carioca que o Roberto Schwarz menciona com todos os preconceitos paulistas da época; desprezo pela sua falta de rigor; por seus clichês nacionalistas – membros do PCB de então opunham às teorias lógicas expostas por Gianotti o projeto de uma “lógica verde-amarela” apoiada na obra de Álvaro Vieira Pinto -, por sua promiscuidade em relação aos cargos públicos, em contraposição a uma vida delicada à academia, com os riscos do provincianismo, de São Paulo.

A versão simplista dos Paulistas não dava conta, com esse esquema, da renovação do clima intelectual brasileiro com a introdução de autores como Gramsci, Trotsky, Deutscher, Lukács, Marcuse, Eric Fromm, Brecht, entre outros, além do espaço da Revista Civilização Brasileira, dirigida por Ênio Silveira, onde os textos de Sartre figuravam com destaque. Quanto aos autores introduzidos por comunistas cariocas, a responsabilidade recaiu sobre uma jovem geração que incluía Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, entre outros. Tampouco fazia justiça aos projetos universitários pioneiros de Darcy Ribeiro, iniciados com a Fundação da Universidade de Brasília e que teriam continuidade com outra Universidade piloto no ABC Paulista.

Se o pensamento nacionalmente hegemônico – ancorado no Rio de Janeiro – repousava em uma espécie de nação sem classes, em São Paulo, a descoberta de O Capital, centrava as análises nas classes, mas com ausência de lutas de classes – de que as obras de Alain Touraine são bom exemplo – e que tem na própria tese de FHC, sobre o empresariado nacional outro bom modelo deste tipo de método castrado de marxismo. O que contribuía para a “torre de marfim”, de que a intelectualidade da USP era acusada já que falta de hierarquização nos embates concretos entre as classes fazia com que, diante do enfrentamento entre o governo Jango e a direita, se manifestassem sintomas claros de uma eqüidistância, tal o sentimento de repulsa ao nacionalismo.

Naquele clima o tema central depois do golpe de 1964 era o seu diagnóstico – como ele tinha sido possível – e as alternativas para a continuidade de luta anti-capitalista no Brasil. Aí é que minha “mentira” se diferencia da de Roberto; as análises de FHC não tiveram maior importância na esquerda, ao contrário da afirmação dele sobre uma “ascendência intelectual e política de seu autor no interior da esquerda”. O que se lia naquela época era Caio Prado, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Régis Debray, Che Guevara, Trotsky, Isaac Deutscher, o programa socialista para o Brasil da Polop, além dos já citados Marcuse, Sartre, Froinja, Reich,

Brecht e, com um peso particular na juventude, Carmem da Silva.

Uma prova: sob a influência da vinda de Perry Anderson à USP, foi publicada a revista *Teoria e Prática*, cujo comitê editorial praticamente coincidia com a Segunda geração do seminário de *O Capital*. Uma olhada naquela revista permite perceber um pouco do clima da intelectualidade de esquerda da USP na época.

Em primeiro lugar, uma leitura de apresentação da revista, redigida com concisão e brilhantismo por Roberto Schwarz, reflete o que se pretendia e pode ajudar a compreender este clima e inclusive o que aqueles intelectuais radicais buscavam na leitura de *O Capital*, na teoria e no seu vínculo com a prática. Expressões como “racionar sobre o que interessa”, “clarificar os interesses”, nos livrar do “lero-lero grã-fino de ossos literatos e da fala cifrada em que os economistas escondem as novas do capital”, descendem diretamente da Ideologia Alemã e apontam diretamente para a desmistificação da ideologia das classes dominantes, e se voltam de forma muito direta para uma intervenção – ainda que como intelectuais “orgânicos” – na luta de classes e não apenas para uma eventual renovação do trabalho acadêmico. É certo que esta característica é da Segunda geração, mas como se trata de falar das influências intelectuais e ideológicas da época, ela espelha melhor o que ocorria nos anos sessenta.

Uma olhada nos artigos publicados na revista essa visão; se havia polêmica com Caio Prado Júnior, o principal artigo de Ruy Mauro Marini sobre as perspectivas do capitalismo brasileiro depois do golpe, polêmica com Oliveiros S. Ferreira, nunca se propôs a publicação de algum texto de FHC ou mesmo de algum artigo de crítica de alguma de suas obras, tão afastadas estavam elas dos debates reais da época. A tese da conciliação da burguesia nacional com o capital estrangeiro era já um capital adquirido pela esquerda crítica ao PCB – em particular pela Polop –, não representando uma contribuição que respondesse por uma “ascendência intelectual e política de seu autor no interior da esquerda”. A importância de FHC veio, depois de uma derrota da oposição insurrecional à ditadura, através de sua teoria da dependência, como se afirmou anteriormente nesse artigo, já num

marco de oposição institucional, hegemonizada pelo grande capital em oposição ao Estado, tese à qual se subordinou a esquerda.

Uma consulta complementar aos três números de teoria e prática que conseguiram sair antes do endurecimento da ditadura, mostra autores como Isaac Deutscher, James Petras, André Gorz, Jean-Claude Bernardet, Augusto Boal, Theodor Adorno, Michael Lowy, Paul Singer, Anatol Rosenfeld, Gilda de Mello e Souza, e temas como Sartre e Marx, a intervenção brasileira e norte-americana na República Dominicana, conflito industrial e luta de classes, crítica à teoria do foco de Debray, texto do Dieese. Por aí se vê como o Horizonte era muito mais político do que Acadêmico, pelo menos na preocupação da Segunda geração do grupo de O Capital.

Quanto aos que mais teria faltado ao seminário que para o Roberto seriam os frankfurtianos, eu diria que, além deles, a ausência mais importante era a das mediações históricas e políticas concretas presentes nos textos de Gramsci, nas análises históricas de Marx, nas obras de Lenin e de Trotsky. O horizonte internacional estava aberto para os seminários – as polêmicas com os principais autores da época o demonstram – mas faltavam as mediações teóricas para uma elaboração frutífera da realidade nacional, latino-americana e mundial. Tanto assim que a herança daquele período ficou relativamente com a teoria da dependência. Cortados pelo AI-5, pelo exílio, pela dispersão, pela derrota, vieram tempos menos propícios para assaltos ao céu.

Gramsci retornou mais como “teórico das superestruturas”, um marxismo domesticado pelo eurocomunismo foi re-importado, o próprio FHC passou da teoria da dependência para a teoria do autoritarismo, com toda a carga ideológica que mencionamos, a esquerda se desentendeu com o socialismo, para fixar seu horizonte na democratização. A miséria da teoria abriu caminho para a miséria da política – sem reflexões estratégicas, sem

abordagens globais sobre o capitalismo, e, portanto, sem força para recriar um pensamento anti-capitalista.

Recebido: 20/06/2005

Aceite final: 30/06/2005